

● Online (🔄)



Seleção de fornecedores



02.030.078/00 BPF INSTITUICAO DE PAGAMENTO... Recurso: cadastrado

Fundamentação

DECISÃO RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO nº 12/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 82/2024 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ADMINISTRAÇÃO DE CARTÃO ALIMENTAÇÃO ELETRÔNICO PERSONALIZADO COM A LOGO DO MUNICÍPIO, DESTINADOS AOS AGENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL N.º 2.735/2024. RECORRENTE (s): BPF INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.030.078/0001-84, com sede na Avenida Pedro Botesi, nº 2171 – Sala 110, Jardim Scomparim, município de Mogi Mirim/SP, CEP 13.806-635, neste ato representada por seu Sócio e Administrador; vem, respeitosamente, a presença deste Nobre Julgador, com fulcro no artigo 44 do Decreto nº 10.024 e nos demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, interpor RECURSO. RECORRIDO (A): O 2 PLUS CARD INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº: 02.976.530/0001-03, com sede à Rua: Washington Luiz, nº 1010 – Bairro: Vila Bom Gosto, na comarca de Aguai-SP, CEP: 138863-024, constituído nos autos do processo administrativo em epígrafe, interpor o presente. DOS FATOS EM ANÁLISE: Recurso administrativo interposto pela licitante supramencionada quanto ao julgamento do certame licitatório. A Requerente registrou sua intenção de recorrer no ato da sessão pública, ao resultado do julgamento da abertura dos envelopes de habilitação, exarado pela Agente de Contratação/Pregoeira ANGELA MARIA VITORIANO, responsável pela sessão pública do Pregão Eletrônico 12/2024, solicitando a reforma da decisão de recurso administrativo que findou na classificação da empresa RECORRIDA, habilitada pela comissão, a) supostamente não fora comprovada a qualificação da Recorrida; b) que a constituição da pessoa jurídica se deu apenas 06 (seis) meses antes do certame; c) que os atestados foram emitidos 01 (um) mês após o início das atividades e não seriam suficientes para comprovar a capacidade técnica; I. Das preliminares Trata-se de um recurso administrativo interposto pela empresa BPF INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.030.078/0001-84, ante a decisão da Comissão em classificar e habilitar a proposta da empresa O 2 PLUS CARD INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA, neste ato denominada Recorrida, referente ao Pregão Eletrônico 12/2024. Registre-se, ainda, que a empresa O 2 PLUS CARD INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA, apresentou, a Pregoeira, suas contrarrazões, uma vez que esta foi citada pela empresa RECORRENTE supramencionada inicialmente nesta peça de julgamento. II. Das formalidades legais Cumpridas as formalidades legais, registra-se, nesta peça recursal, que os demais licitantes foram cientificados da existência e trâmite dos respectivos Recursos Administrativos interpostos, haja vista que estes foram disponibilizados a todos licitantes/interessados no sítio <https://www.comprasnet.gov.br>. III. Das Razões da Recorrente 1) II. I DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E EDITALÍCIAS QUANTO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: 2) II. II DA CONSTITUIÇÃO DA PESSOA JURÍDICA 06 (SEIS) MESES ANTES DO CERTAME | ATIVIDADES DE EMISSÃO E ADMINISTRAÇÃO DE CARTÕES QUE SÓ FORAM INCLUIDAS NO OBJETO SOCIAL DA RECORRIDA 06 (SEIS) MESES ANTES DO CERTAME: 3) II. II DA EMISSÃO DOS ATESTADOS APENAS 01 (UM) MÊS APÓS A DATA DA CONTRATAÇÃO: 4) II. III DAS EVENTUAIS DILIGÊNCIAS NECESSÁRIAS: DOS REQUERIMENTOS Sendo assim, diante da ilegalidade apontada, com a flagrante afronta a princípio administrativos, capazes de macular o julgamento do Pregão Presencial em comento, temos como necessário que o presente processo seja imediatamente SUSPENSO para que este Recurso seja devidamente analisado, a fim de que se cumpra a sua finalidade como emana a lei. EX POSITIS, Requer: a) Seja reconhecida a ilegalidade da decisão que habilitou a empresa Recorrida, inabilitando-a por não ter comprovado na habilitação a sua capacidade técnica, conforme determinado no instrumento convocatório e na legislação atinente a matéria. b) Sejam realizadas diligências junto a Recorrida, de modo a solicitar cópias dos Contratos Administrativos (autenticadas) inerentes aos atestados juntados; a demonstração dos relatórios de utilização dos cartões pelos usuários beneficiários, bem como dos Contratos de Adesão com os Estabelecimento até então credenciados nos municípios nos quais estão localizadas as Contratantes e os serviços estão sendo realizado; além das Notas Fiscais emitidas. VI. Das Contrarrazões da Recorrida CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DO EDITAL DE LICITAÇÃO, HÁ DE SER RECONHECIDA A ILEGALIDADE DA HABILITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA. Conclui-se, pois, que a Administração Pública, no curso do processo de licitação, NÃO pode se afastar das regras por ela mesma estabelecidas no



JULIANE BOA VENTURA CABECAS | 173.830.508-27

O 2 PLUS CARD INSTITUICAO DE PAGAMENTOS LTDA | 02.976.530/0001-03



> Acompanhamento seleção de fornecedores > Pregão Eletrônico : UASG 987873 - N° 90012/2024 (Lei 14.133/2021)



Online



instrumento convocatório ao apresentar documentação regular e completa, inclusive DIVERSOS atestados de capacidade técnica em valor muito superior ao exigido. Outrossim, além dos Atestados de Capacitação Técnica, a Recorrida apresentou as notas fiscais dos serviços prestados, bem como o contrato firmado com as empresas (docs. anexos), ou seja, ao contrário do que alega a Recorrente NÃO HÁ QUALQUER IRREGULARIDADE NA HABILITAÇÃO DA RECORRIDA V. II. DA CONSTITUIÇÃO DA PESSOA JURÍDICA | INEXISTÊNCIA DE VEDAÇÃO NO EDITAL DE PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS "NOVAS" NO PROCESSO LICITATÓRIO – princípio da livre concorrência e eficiência: Insurge-se a Recorrente mais uma vez de forma infundada quanto a habilitação da Recorrida, aduzindo para tanto que houve trata-se de empresa constituída 06 (seis) meses antes do certame, e por tal motivo, não teria capacidade técnica necessária para entregar o objeto deste processo licitatório – alegações estas totalmente infundadas. IV. III. DA DATA DE EMISSÃO DOS ATESTADOS DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA – INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADE | "SGC VIRTUS" – SISTEMA UTILIZADO PELA RECORRIDA DESDE SUA CONSTITUIÇÃO: Noutro ponto, insurge-se a Recorrente quanto a data de emissão dos Atestados de Capacitação Técnica, aduzindo para tanto que foram emitidos 01 (um) mês após a contratação, e não são suficientes para comprovar que há prestação de serviço de qualidade. Data máxima vênua, a emissão de Atestado de Capacitação Técnica poucos meses depois do fornecimento do objeto da licitação NÃO CONFIGURA QUALQUER IRREGULARIDADE E TAMPOUCO QUALQUER DESABONAMENTO À EMPRESA RECORRENTE, vez que houve a regular contratação e o serviço foi devidamente prestado – tudo conforme CONTRATOS E NOTAS FISCAIS (Doc. Anexo) IV. IV. INEXISTÊNCIA OBRIGATORIEDADE LEGAL DE INSCRIÇÃO NO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR (PAT): Por fim, NÃO há obrigatoriedade legal de inscrição no Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) para participar de contratos de licitação para administração de cartão alimentação eletrônico. O edital não prevê tal exigência, e a contratação é para administração de cartão alimentação, não implicando no fornecimento direto de produtos alimentícios. IV. V. DAS DILIGÊNCIAS SOLICITADAS PELA RECORRENTE | LGDP (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS) | IMPOSSIBILIDADE DE FORNECIMENTO DE DADOS SENSÍVEIS DOS USUÁRIOS: Aduz a Recorrente que se faz necessária a apresentação pela Recorrida dos relatórios de utilização dos cartões pelos usuários beneficiários – o que afronta literalmente o quanto previsto na Lei Geral de Proteção de Dados. VII. DOS PEDIDOS EX POSITIS, Requer seja negado provimento ao Recurso em tela, mantendo-se incólume a decisão que acertadamente deferiu a habilitação da Recorrida por ser a vencedora do certame, porquanto proferida em estrita observância dos ditames e precedentes legais, não havendo qualquer necessidade de retificação V. Da análise Preliminar A priori, frisa-se que os atos cometidos por esta Comissão, oriundos do Processo licitatório do Pregão Eletrônico nº 12/2024 foram baseados nos princípios fundamentais apresentados pela Lei maior das Licitações, em seu artigo 11º, caput: legalidade; impessoalidade; moralidade; igualdade; publicidade; probidade administrativa; vinculação ao instrumento convocatório; julgamento objetivo, e, dos que lhes são correlatos. Não obstante, tais princípios basilares continuarão à luz dos atos deste Processo, em especial o que concerne ao julgamento objetivo, transparente e justo dos recursos tempestivos e de direito interpostos pela Recorrente em relação à decisão do Presidente da comissão a respeito da decisão sobre a aceitação da empresa vencedora, ora Recorrida. Mediante a fundamentação das razões recursais apresentadas pela Recorrente, apresenta-se a análise do mérito e decisão de julgamento desta Comissão acerca das motivações. VI. Do Mérito Passa-se à análise do mérito das questões apresentadas pela Recorrente. Após a análise detalhada dos fundamentos apresentados tanto nas razões do recorrente quanto nas contrarrazões do recorrido, verifica-se que os argumentos são essencialmente equivalentes em substância e justificativa. Ambos os lados apresentaram argumentos bem fundamentados e coerentes, o que demonstra que a questão levantada é de natureza interpretativa, sem prejuízo evidente para nenhuma das partes envolvidas. II. I DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E EDITALÍCIAS QUANTO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA: • Foram apresentados conforme exigido em edital. II. II DA CONSTITUIÇÃO DA PESSOA JURÍDICA 06 (SEIS) MESES ANTES DO CERTAME | ATIVIDADES DE EMISSÃO E ADMINISTRAÇÃO DE CARTÕES QUE SÓ FORAM INCLUIDAS NO OBJETO SOCIAL DA RECORRIDA 06 (SEIS) MESES ANTES DO CERTAME: • Não há impedimentos legais ao tema, além disso, o edital não trouxe impedimentos a tal fato. II. II DA EMISSÃO DOS ATESTADOS APENAS 01 (UM) MÊS APÓS A DATA DA CONTRATAÇÃO: • O edital não traz período mínimo ou máximo a esta exigência, documentos apresentados atendem ao pedido do edital. II. III DAS EVENTUAIS DILIGÊNCIAS NECESSÁRIAS: • Documentos adicionais apresentados no contra recurso, demonstram que não há mais a necessidade de realizar as tais diligências. Portanto, considerando a equivalência dos fundamentos apresentados e a ausência de provas claras e irrefutáveis de irregularidade, conclui-se que a decisão original do Pregão Eletrônico nº 12/2024 deve ser mantida. VII. Da decisão Ante os argumentos aqui trazidos pela (s) recorrentes e recorrida (s) e em atendimentos à lei nº 14.133/2021, o Agente de Contratação julga IMROCEDENTE, de forma a manter a HABILITAÇÃO a licitante O 2 PLUS CARD INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTOS LTDA. Desta forma, submetemos a presente decisão à autoridade superior para sua análise, consideração e julgamento final do Recurso em pauta, com posterior comunicado do resultado às respectivas empresas licitantes interessadas. Salvo melhor entendimento, é o parecer. São João do Caiuá, 30 de julho de 2024. Angela Maria Vitoriano Pregoeira | Portaria 6.379/2024 DEPASCHO Ilmo. Sr. comissão permanente de Licitação do Município de São João do Caiuá. Acolho integralmente os fundamentos e as conclusões expostas pela Comissão, como razões de decidir. PUBLIQUE-SE, DÊ-SE CIÊNCIA AOS INTERESSADOS E DIVULGUE-SE POR MEIO ELETRÔNICO. Salvo melhor entendimento, é o parecer São João do Caiuá, 30 de julho de 2024, Stefan Tomé Pauka CPF: 034.112.319-63 Prefeito Municipal

Voltar

